



AL notícias

Impresso Especial

68000007/2002 - DR/SC
ALESC

CORREIOS



JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 15 de agosto de 2003

Ano 5 Nº 137

Assembléia entra na briga pela defesa dos limites marítimos de SC

(foto banco de dados Petrobras)

Imediatamente após tomar conhecimento do dossiê preparado pelo Fórum Parlamentar Permanente do Petróleo, que será entregue pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP) na segunda-feira (18), o presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT) fará o encaminhamento às lideranças políticas, da sociedade civil organizada e governo catarinenses, para impedir a aprovação de projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados. O projeto, conforme denúncia do deputado Lício Mauro, foi apresentado recentemente e visa alterar o artigo 9º da Lei nº 7525/86, alterando completamente as demarcações dos limites marítimos, reduzindo o mar territorial de Santa Catarina, beneficiando Paraná e São Paulo. Há 12 anos o Paraná recebe os royalties sobre o petróleo explorado em águas catarinenses, em decorrência de parecer equivocado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja contestação judicial está em vias de parecer final do Supremo Tribunal Federal (STF).



Localizadas a 100 milhas náuticas a leste de Itajaí, a plataforma P-XIV foi a décima segunda unidade de perfuração móvel marítima instalada no Brasil, sendo a única na região Sul do Brasil.

Página 6

PPA 2004-2207 e Orçamento Anual

Coordenadoria do Orçamento termina relatório final na terça-feira (19). Na quarta (20), a Comissão de Tributação e Finanças define data da audiência estadual ampliada.



Blumenau (vista parcial da cidade) e Itajaí (na foto, detalhe do Porto) estiveram no roteiro final das audiências públicas para indicação das prioridades

Página 5

Segurança Pública

Executivo remete proposta de política salarial

O Parlamento começa a apreciar nesta semana, projeto de lei complementar que estabelece nova política salarial aos servidores da Segurança Pública. O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), e o governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, assinaram na quinta-feira (14), em solenidade no Palácio Santa Catarina, a mensagem do projeto. Serão contemplados os policiais civis, militares, corpo de bombeiros, agentes prisionais e monitores dos centros de custódia de menores infratores com reajustes que variam de 25%, aos oficiais e delegados de polícia, a 93,85% aos demais segmentos. O pagamento será parcelado dependendo da disponibilidade do Tesouro do Estado. (SD)

Leia também sobre as audiências públicas da Comissão na página 4

Iniciando a tramitação, proposta do Governo de reajuste de salários dos servidores do Executivo foi motivo de muita discussão entre opositores e governistas.

Página 7

Tributo ao deputado Nagib Zattar *

Toda pessoa que no convívio de uma sociedade deixa a sua marca é digna de consideração e registro. Quando as marcas deixadas por esta pessoa se constituem num estoque grandioso de benesses, de atitudes realmente corajosas e de realizações, a consideração apenas não basta. É preciso exaltar os seus feitos e homenagear seu desvelo.

Assim é que, ao denominar a Escola Jovem Deputado Nagib Zattar, construída no bairro Jardim Paraíso, em Joinville, a comunidade presta uma justa homenagem àquele homem público e brilhante cidadão, que tanto orgulha aos catarinenses e, em especial, aos joinvillenses.

O deputado Nagib Zattar, muito mais do que marcas, fez de sua trajetória um acumulado de ações, de benfeitorias à comunidade, que o qualificam sobremaneira para esta e outras homenagens.

Notável personalidade da região, desdobrou-se em esforços e empenho na criação de escolas quando de sua atuação na área política, além de promover inúmeras outras ações em favor do crescimento e desenvolvimento, contribuindo para o progresso e modernização, propondo soluções e alternativas em todas as áreas que teve atuação.

A sociedade orgulhosamente pode dizer que pessoas como o deputado Nagib realmente fazem a diferença e, a comunidade do bairro Jardim Paraíso, de Joinville, tem a felicidade de aliar a conquista de uma Escola Jovem à oportunidade de homenagear tão ilustre cidadão, através da Lei nº 12.643/2003, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e sancionada pelo Governador Luiz Henrique da Silveira.

**Deputada Simone Schramm (sem partido)*

Regionalização e emprego *

Município é ter na circunscrição administrativa de uma vereação, conselho e prefeitura, uma administração generosa, magnânima, liberal, democrática e, acima de tudo, com muita qualidade e prioridade para que todo ato administrativo e legislativo seja executado visando o benefício dos municípios.

Portanto, em todas as esferas da municipalidade - prefeitura, município, vereadores e funcionários da Câmara de Vereadores - os homens públicos têm o dever e a responsabilidade de exercer suas funções tendo como primeira prioridade o bem estar de todos os munícipes - por munícipes entender-se cidadãos ou cidadãs que tenham domicílio na comunidade, casa de residência, habitação fixa e/ou lugar de moradia permanente.

Um desses benefícios trazidos pela municipalidade é justamente a geração de empregos. Considerando o organograma da administração pública atual, a prefeitura municipal é a estrutura que mais emprega, não podendo permitir que estes cargos sejam destinados a pessoas que, por ligações político-partidárias, ocupem as vagas existentes, salvo é claro, casos esporádicos justificáveis eticamente ou

contratações temporárias.

Em nenhuma das esferas do poder público, devemos admitir este tipo de benesse e privilégio assegurado por negociatas e interesses que que distantes da missão de trabalhar pela população. Muito menos nas prefeituras, que atendem um número grande de pessoas e têm responsabilidade importante na manutenção e garantia de bem estar social de uma comunidade.

Outro benefício da municipalidade é a oportunidade que a comunidade empresarial tem de vender seus produtos para a prefeitura. O poder público municipal é a maior fonte estimuladora de negócios para os empresários de uma região. Produtos e serviços oferecidos por empresas de qualquer município devem ser absorvidos e consumidos, primeiramente, pelo próprio município.

É, portanto, crucial para a geração de um cenário de igualdade econômica e social que a administração pública seja feita sob o princípio da ética que assegura direitos cívicos a todo cidadão de dispor de oportunidades de desenvolvimento vindas da sua terra natal, da terra onde está o seu suor, o seu coração, a sua família, as suas origens, a sua vida.

**Deputado Sérgio Godinho (PTB)*

Reinaugurada a Divisão de Saúde

O presidente, deputado Volnei Morastoni (PT), apresentou no dia 12 as novas mudanças da Divisão de Saúde e Assistência (DAS), que agora conta com outros serviços como acupuntura, homeopatia, massoterapia e combate ao tabagismo.

Morastoni falou a respeito das alternativas de tratamento implementadas e as adaptações na área física, ampliada em mais 50 metros quadrados, o que permitiu melhorias desde a recepção até às áreas como psicologia e enfermagem. O diretor da divisão, Júlio César Marchi, salientou que as mudanças são resultado de um planejamento estratégico e do empenho do servidores do setor. "Além de ampliar estamos implantando coisas

novas e importantes para a saúde de funcionários e deputados, como o Projeto Fênix, de combate ao tabagismo. Temos uma equipe composta por médico, psicólogo e nutricionista, preparada para ajudar fumantes que querem abandonar o vício", finalizou.

Com a finalização das obras, os funcionários poderão contar com os seguintes serviços: enfermagem, laboratório, odontologia, fisioterapia, junta médica, psicologia, serviço social, médico, além dos novos projetos da divisão, como nutrição, grupo de tabagismo, curso de primeiros socorros e suporte básico de vida, homeopatia, acupuntura, massoterapia e musicoterapia, atividade física, saúde no trabalho, programa gluco- íris e exames periódicos. (DAB)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Gabinete da Presidência

Fpolis, 14/08/2003

Pela comemoração do aniversário de quatro anos
Do Jornal Notícias da Assembleia, dia 12,
Cumprimento os profissionais que fazem este
importante veículo de comunicação que divulga
E informa a vida do Parlamento aos cidadãos
Catarinenses.

Volnei Morastoni
Deputado Volnei Morastoni
Presidente.

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Matos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Abes, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Escola do Legislativo

Iniciando o roteiro do *II Ciclo de Debates do Legislativo Municipal*, a Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), esteve em São Lourenço do Oeste nos dias 14 e 15 (quinta e sexta-feira), quando técnicos do Poder Legislativo e deputados que representam a região falaram sobre elaboração das peças orçamentárias, técnica e processo legislativo e concepção de mandato.

"O Ciclo começa agora e vai percorrer 13 regiões, começando por São Lourenço. O público alvo são vereadores e servidores dos legislativos municipais", explica a diretora da Escola, Carla Vieira Pedrozo. Dentinho salienta a necessidade deste suporte prestado às Câmaras. "Os debates, além de aproximar o parlamento estadual dos municipais, propiciam um processo de resgate da importância do parlamento e da redescoberta da função do Poder Legislativo", sintetiza o deputado. A



Curso foi lançado pelo presidente da Escola, deputado Dentinho (de terno)

primeira edição do Ciclo de Debates foi realizada em 2001, quando a Escola percorreu onze regiões, realizando debates nas cidades de Joaçaba, Chapecó, Canoinhas, Joinville, Florianópolis, Rio do Sul, Blumenau, Curitiba, Criciúma, Lages e São Joaquim.

Nesta segunda edição, prevista para terminar em novembro

de 2004, além de São Lourenço do Oeste, a Escola do Legislativo vai realizar os debates nas cidades de Porto União, Joinville, Tubarão, Campo Belo do Sul, São Miguel do Oeste, Treze Tílias, Gaspar, Tijucas, São Joaquim, Chapecó, Ituporanga e Araranguá.

Pré-vestibular

Na manhã do dia 12, o presidente da Escola do Legislativo participou da aula de abertura do curso pré-vestibular que está sendo ministrado a servidores e dependentes. O curso faz parte de uma série de programas que vêm sendo desenvolvidos pela Escola, a exemplo da alfabetização e escolarização, cursos de informática, entre outros. (MMV/CA)

Homenagem a Beto Barreiros

Da instalação de um pequeno box no popular Mercado Público Municipal, em Florianópolis, ao prêmio personalidade catarinense de vendas da Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB 2002. Foram quase duas décadas unindo pessoas e projetando Florianópolis para o Brasil e o mundo com a valorização da história, cultura, gastronomia e valores locais.

Assim o pequeno empresário Roberto Barreiros Silva, o Beto Barreiros do Box 32, conquistou o reconhecimento dos mais destacados empreendedores - que o ele-

geram como personalidade de venda -, e da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que através de requerimento seu presidente Volnei Morastoni (PT) prestou homenagem com a realização de sessão solene na noite de terça-feira (12). Agraciado com uma placa comemorativa entregue pelo deputado Afrânio Boppré (PT), lembrou de seu bisavô Francisco Barreiros e de seu pai Francisco Barreiros Filho, que exerceram mandatos no Legislativo e serviram de referência para trilhar o caminho que o levou a solidificar o nome e a marca Box 32, além de projetar Florianópolis e Santa Catarina. (SD)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Beto recebe placa de Boppré e Morastoni

Prefeitos protestam na Capital

Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, secretários municipais, deputados estaduais e federais protestaram na Capital, no dia 8, contra a atual divisão do bolo de impostos arrecadados. Atualmente, a União fica com 62,3% do total, seguida dos Estados, com 23,6%, e dos municípios que recebem 14,1%. A caravana - a maioria de pequenos municípios - reuniu-se na sede da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), deslocando-se em seguida para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde entregou ao presidente, Salomão Ribas Júnior,

cópia da Carta de Araranguá.

Outra cópia foi entregue na Assembléia Legislativa, nas mãos do vice-presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), com a presença dos deputados Manoel Mota (PMDB), Nelson Goetten (PFL) e dos federais Leodegar Tiscoski (PP), Paulo Afonso Vieira (PMDB), Odacir Zonta (PP) e Paulo Bauer (PFL). O documento detalha as dificuldades dos municípios e contém proposta de nova divisão dos recursos públicos. Os prefeitos defendem que 40% fiquem para a União, 30% para os Estados e 30% para os municípios. (SD)

(foto Jonas Lemos Campos)



Prefeitos querem divisão equilibrada do bolo

Meio ambiente

(foto Solon Soares)

Parlamentares, órgãos governamentais e entidades ligadas ao meio ambiente e à educação, prefeitos e vereadores participaram na quarta-feira (13), no plenário, do lançamento da *Conferência Estadual do Meio Ambiente - Vamos Cuidar do Brasil* - que será realizada na Assembléia no próximo dia 31 de outubro. O objetivo é ampliar a participação da sociedade brasileira no debate para a formulação de políticas públicas sustentáveis, através de propostas para o Sistema Nacional de Meio Ambiente, proporcionando ainda amplo processo de educação ambiental.

O lançamento foi presidido pelo



Deputados e autoridades na mesa diretora

deputado Dionei da Silva (PT), integrante do Fórum Parlamentar Permanente de Desenvolvimento Sustentável, que reafirmou a necessidade de participação efetiva da sociedade no processo, no que foi endossado pelos deputados Paulo Ec-

cel (PT) e Joares Ponticelli (PP). Ponticelli anunciou que as discussões para elaborar um plano de gerenciamento costeiro para Santa Catarina serão retomadas na próxima semana pela Comissão Mista formada especialmente para isso. (RMPP)

Segurança: Araranguá protesta contra penitenciária

Comunidade quer debate sobre local e Criciúma pede delegacia da Polícia Federal

Carlos Agne

A Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado João Rodrigues (PFL), completou na semana passada mais uma etapa do ciclo de audiências públicas de onde sairá um diagnóstico apontando soluções para o combate à violência e à criminalidade em Santa Catarina. As sessões foram realizadas em Araranguá (6), Criciúma e Tubarão (7) com a presença maciça de representantes da sociedade civil e organizada, policiais militares e lideranças políticas da região.

Os três municípios têm um ponto em comum, margeiam a BR-101, situação geográfica apontada pela população como um dos pontos principais para a entrada de marginais de outras localidades. A maior reivindicação é o aumento de efetivo das Polícias Civil e Militar, mas como prioridade se destaca o combate ao uso e tráfico de drogas, crimes que vêm se acentuando no Sul do estado, considerados como causa para delitos como assaltos, latrocínios, homicídios, entre outros. Para amenizar esse problema, Criciúma quer a instalação de uma Delegacia de Polícia Federal o que coibiria a ação de traficantes. Enquanto que em Tubarão a comunidade anseia pela construção de

um novo presídio, pois o atual localiza-se na área urbana.

Araranguá - Moradores do Espigão da Pedra protestaram contra a implantação de uma Penitenciária Agrícola, numa área de 30 hectares. A advogada e agricultora Albertina Rosso foi enfática ao representar os moradores da localidade. "Essa

audiência caiu do céu. Estamos com esse sério problema do governador querer construir um presídio numa área agrícola onde moram pessoas de bem, sem debater com a comunidade e nos enfiando goela abaixo, como se fossemos idiotas. Esse terreno valia R\$ 15 mil e foi grilado por um valor superfaturado para que seja construída essa obra. Vamos buscar nossos direitos na Justiça e até a promotoria pretendemos acionar", prometeu. Os moradores e vereadores de Araranguá defenderam a realização de uma audiência pública para que a comunidade seja ouvida e tenha o di-

reito de dizer se aceita ou não a obra na localidade. "É lamentável termos que discutir isso. A implantação dessa penitenciária vai trazer gente de fora, sem qualquer comprometimento com a região e vai acabar criando no local um antro de marginalidade e criminalidade. Não podemos admitir isso em hipótese alguma", lembrou o vereador Jacinto Dassoler.

Criciúma - A instalação de uma delegacia de Polícia Federal para

o combate ao tráfico e consumo de drogas foi a maior reivindicação da comunidade durante a audiência. O grande índice de ocorrências de assaltos à mão armada e também de casos de tráfico e consumo de drogas foi o assunto que tomou conta da audiência públi-

ca e, de acordo com os participantes, a única solução seria a instalação de uma delegacia da Polícia Federal no município. "Criciúma é uma das cidades mais pobres do estado e a situação de carência social tem contribuído para o aumento da criminalidade em nossa região, ao longo do tempo", observou João Mello, delegado regional.

Tubarão - O deputado Joares Ponticelli (PP) manifestou preocu-

pação com o crescimento volumoso e os números cada vez mais alarmantes dos registros da criminalidade, em especial na região da Amurel, defendendo uma maior atenção governamental ao setor depois da entrega do diagnóstico realizado pela Comissão. A construção de um novo presídio no município foi a reivindicação defendida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), ex-prefeito de Tubarão. "O atual presídio não tem mais condições de funcionamento. Sua localização na zona urbana, num bairro populoso, reforça o medo dos vizinhos. Além disso, as condições de funcionamento são precárias, tanto que poucos dias atrás, parte do estabelecimento foi interditada pela vigilância sanitária. A prefeitura já deu o terreno e contamos com o apoio do secretário para concretizarmos essa reivindicação". O secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, ratificou sua promessa da construção de um novo presídio.



Secretário Blasi, deputados Genésio e Ponticelli

Recursos para a saúde

O presidente da Comissão de Saúde da Assembléia, deputado Clésio Salvaro (PSDB), recebeu na manhã da segunda-feira (11) a secretária-adjunta da pasta, Carmen Zanotto, para a prestação de contas do último trimestre. Segundo Carmen, dos R\$ 250 milhões de recursos estaduais previstos para 2003, 50% já foram gastos com material hospitalar, medicamentos e folha de pagamento.

A maior dificuldade do Estado é a deficiência de recursos federais. Somente para este ano, o déficit é de R\$ 9 milhões - valor necessário para complementar custos com

serviços de média e alta complexidade, como exames oncológicos e cardiológicos. Ela disse que em relação ao Paraná e ao Rio Grande do Sul, Santa Catarina recebe 30% menos recursos da União. "Durante muito tempo mandamos pacientes para serem atendidos nesses dois estados porque não tínhamos estrutura aqui. Hoje temos equipamentos e estrutura necessários, mas faltam recursos". Há 40 dias o governo catarinense enviou ao Ministério da Saúde pedido de ampliação de recursos. "É fundamental que Santa Catarina possa se equiparar aos outros estados do Sul", declarou Salvaro. (RMPP)

Caso da Cohab é tema de audiência

Vendida em novembro de 1998 para a Caixa Econômica Federal (CEF), a carteira de mutuários da Cohab será discutida pela Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano em data a ser marcada até a próxima semana. O requerimento, de autoria do deputado Mauro Mariani (PMDB), foi aprovado por todos os presentes - deputados Reno Caramori (PP, presidente da Comissão), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), José Paulo Serafim (PT), João Rodrigues (PFL, representando o deputado Julio Garcia), Odete de Jesus (PL) e Wilson Vieira - Dentinho (PT).

Mariani solicita a presença de representantes da Secretaria de

Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da Empresa Gestora de Ativos da CEF (Emgea) - que ficou com a administração da carteira da Cohab -, do Procon e da Associação de Defesa dos Mutuários. Segundo a justificativa do parlamentar, 89% dos 8.843 mutuários da Cohab/CEF estão inadimplentes.

Ao votar favoravelmente pela audiência, João Rodrigues pediu aditamento ao requerimento de Mariani para discutir ainda os convênios entre Cohab (governo do Estado) e prefeituras para construção de casas populares. Os convênios, segundo ele, foram assinados no ano passado, final da administração anterior, e estão sendo sus-

pensos pelo governo atual que ainda estaria requerendo a devolução de recursos já repassados a 54 prefeituras.

Além disso, a Comissão também aprovou realização de audiência pública solicitada pelo deputado Afrânio Boppré (PT), para esclarecimentos sobre as obras inacabadas da Via Expressa Sul (que ligaria o Centro da cidade ao Sul da Ilha de Santa Catarina). Tribunal de Contas da União, do Estado, Departamento de Infra-estrutura, Denit, Associações de Moradores, Câmara de Vereadores, entre outros, serão chamados para dar explicações sobre as obras paralisadas há cinco anos. (MMV)

Agricultura aprova calendário

Em sua primeira reunião depois do recesso, a Comissão de Agricultura definiu terça-feira (12) o calendário das audiências públicas solicitadas pelos deputados Herneus de Nadal (PMDB), Mauro Mariani (PMDB) - presidente da Comissão -, João Rodrigues (PFL) e Pedro Baldissera (PT). Por unanimidade de votos, os deputados que integram - Mariani, Dionei Walter da Silva (PT), Valmir Comin (PP) e Pedro Baldissera (PT) - definiram as seguintes datas:

Mês	Dia	Local	Tema	Requerente
Agosto	28	Ibirama	Demarcação de áreas rurais	Deputado Pedro Baldissera
Setembro	4	Cunha Porã	Terras Indígenas	Deputado Herneus de Nadal
Outubro	9	Itaiópolis	Taxas pagas pelos agricultores pelo corte de árvores	Deputado Mauro Mariani
Outubro	30	Seara	Demarcação de terras indígenas	Deputado João Rodrigues

PPA 2004-2007 e Orçamento Anual

Comissão de Finanças define na quarta-feira (20) data da audiência estadual ampliada

Denise Arruda Bortolon
Mirela Maria Vieira
Rubens Vargas

Terminado o roteiro de 29 audiências públicas para coleta das prioridades para o desenvolvimento, a Coordenadoria do Orçamento Estadual está finalizando o relatório final que será submetido ao crivo da plenária estadual ampliada. A Comissão de Finanças marca a data da audiência na próxima reunião, na quarta-feira. De acordo com o assessor da Coordenadoria, João Maria Gomes da Silva, todas as prioridades elencadas pelas regiões serão incluídas no relatório final a ser encaminhado ao Executivo até o final deste mês. "Tivemos em média 24 prioridades listadas em cada região. Três são destacadas conforme a votação pelas plenárias". Muitas das reivindicações são as mesmas levantadas pelas audiências do Orçamento Regionalizado (OR), realizadas há cinco anos pela Assembléia. João Maria observa ainda, com a experiência de quem tem trabalhado nas audiências do OR desde o início, que o número de participantes aumentou significativamente, principalmente nas regiões onde parlamentares que as representam e secretarias regionais empenharam-se em mobilizar lideranças representativas das comunidades.

Nos dias 7 e 8 foram realizadas as três últimas audiências, em Canoinhas, sede da 26ª Secretaria Regional de Desenvolvimento, Joinville (23ª Regional) e São José (18ª Regional). (MMV)



Deputados Assis, Gonçalves, Dentinho, Dionei e deputada Simone

Joinville

Um número significativo de prefeitos, vereadores, líderes comunitários, sindicais, políticos e empresariais lotou as dependências do auditório da Associação dos Municípios do Nordeste de SC (Amunesc) na audiência pública realizada na quinta-feira (7), que teve início às 8 horas e estendeu-se até às 18h30min. Por volta das 10 horas mais de 250 pessoas já tinham se cadastrado junto à Coordenadoria do Orçamento estando aptas a participar dos grupos temáticos que apontaram as prioridades de investimentos para o Orçamento 2004 e para o PPA 2004/2007 dos municípios que compõem a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), membro da Comissão de Finanças, que presidiu os trabalhos, enfatizou que a parceria entre os poderes Executivo e Legislativo na realização destas audiências faz com que o governo se comprometa a arranjar mecanismos que via-

bilizem a concretização das três prioridades mais votadas em sua cidade. A mesma opinião tem seu colega de partido, o deputado Dionei Walter da Silva, que ressaltou que a administração descentralizada através do desenvolvimento regional pode acabar com o flagelo do êxodo rural em Santa Catarina. Para o deputado Nilson Gonçalves (PSDB), Joinville precisa ser agraciada com verbas em 2004 para os setores de saúde e segurança pública, que apresentam sérios problemas. Presentes ainda os deputados Francisco de Assis (PT) e Simone Schramm (sem partido).

Entre as 29 prioridades levantadas, a mais votada trata do saneamento básico, seguida da valorização do magistério. Em seguida foram lembradas a carência de rodovias de integração regional, a inexistência de diagnóstico regional e a deficiência de recursos para saneamento básico. (RV)

Canoinhas

A audiência foi realizada na quinta-feira (7), no auditório da Câmara de Vereadores. A 26ª Regional, com sede em Canoinhas, com um Índice de Desenvolvimento Social (IDS) médio alto é composta por sete municípios. Major Vieira e Porto União apresentam um IDS médio baixo, Bela Vista do Toldo está no índice baixo, enquanto Matos Costas e Três Barras estão enquadrados no nível alto.

O deputado Mauro Mariani (PMDB) falou sobre as dificuldades da sua região. Em primeiro lugar na lista das prioridades, a pavimentação de uma extensão de 80 quilômetros, distribuídos conforme deliberação do Conselho de Desenvolvimento Regional; em segundo e terceiro, a conclusão e credenciamento do Centro Oncológico do Hospital São Braz e a viabilização de recursos para manutenção e equipamentos dos

hospitais da região.

Desabafo - Orlando Krautler (PFL), prefeito municipal de Canoinhas, aproveitou o momento para desabafar. "Quero que a sociedade saiba o que está acontecendo. Muitas prefeituras, quase 200, estão com as portas fechadas. Com muita luta estamos conseguindo administrar os serviços públicos", disse. Mariani salientou que "não podemos acreditar em milagres, nós temos que fazer", lembrando que a região já sofreu com as conseqüências do extrativismo da erva-mate, da madeira e de outras matérias-primas. "Precisamos agregar valores, fazer um política de integração, acabar com certas divergências. Não podemos ser concorrentes e sim parceiros da mesma região. O cidadão não mora em Santa Catarina e sim nas cidades catarinenses. É ali que a sociedade vai cobrar suas reivindicações", concluiu. (DAB)



Deputado Mariani, ao microfone

(foto Alberto Neves)



Mais de 280 pessoas elegeram as prioridades em São José

São José

Sede da 18ª Regional, composta por mais 12 municípios (Antônio Carlos, Florianópolis, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, São Bonifácio, Anitápolis, Águas Mornas, Governador Celso Ramos, Angelina, Palhoça e São Pedro de Alcântara), encerrou o ciclo das 29 audiências públicas na sexta-feira (8), na Fundação Catarinense de Educação Especial. Mais de 280 pessoas participaram da escolha das prioridades. O deputado Djalma Berger (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Tributação, explicou a oportunidade

que a sociedade organizada teve de participar da elaboração do orçamento a longo prazo e cumprimentou a 18ª regional pela demonstração de participação. "Estamos encerrando com chave de ouro. A tônica só teria um resultado prático na busca da solução dos problemas com o Executivo participando das discussões através das suas secretarias regionais. É um divisor de águas. Agora a sociedade tem acesso direto ao Executivo e ao Legislativo".

As três prioridades mais votadas foram a redistribuição de recursos para a Educação, des-

tinando uma fatia maior para a educação infantil, a pavimentação SC-433 (Praia do Sonho/ Pinheira) e, em terceiro lugar, a implementação de política adequada de recursos humanos no serviço público.

Os prefeitos Nelson Izidoro da Silva, de Santo Amaro da Imperatriz, Dário Berger, de São José, e Geraldo Pauli, de Antônio Carlos, esperam estar entrando em uma nova era com mais esperança na busca de soluções para os problemas mais urgentes. Participaram ainda da audiência os deputados Wilson Vieira - Dentinho (PT) e Afrânio Boppré (PT). (DAB)

Projeto no Congresso reduz áreas marítimas de SC

Em pronunciamento feito na tarde do dia 13, o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), presidente do Fórum Parlamentar Permanente do Petróleo, convocou a classe política catarinense para unir-se com urgência e impedir que projeto de lei de autoria de um deputado federal paranaense mude as divisas marítimas, deixando Santa Catarina sem petróleo e sem uma imensa área nas 200 milhas. "Parece piada, mas não é. É uma verdade que mais uma vez estremece o nosso Estado. Querem apressar-se de um pedaço de Santa Catarina. Não com guerra, mas com uma batalha sorrateira e silenciosa, no Congresso Nacional. Ou abrimos os olhos e reagimos, ou calemo-nos para sempre. A hora é agora", conclamou o parlamentar. Lício lembrou que em maio passado usou a tribuna para apresentar uma retrospectiva do problema do petróleo explorado em águas marítimas catarinenses, mas cujos royalties vão para o Paraná. A questão está no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) há 12 anos. "Estamos acompanhando, passo a passo, a lide dos limites entre os dois estados, no STF.

Para êxito do Fórum, com todas as informações técnicas e jurídicas que obtivemos, elaboramos um relatório para servir de orientação aos poderes constituídos do Estado, para agilizar e defender o nosso interesse", contou. Foi durante o

processo de coleta das informações que foi descoberta a tramitação, na surdina, de um projeto de lei que visa mudar o artigo 9º da Lei nº 7525/86, descaracterizando totalmente o pleito que está no STF e alterando completamente as demarcações do IBGE, que já beneficiava o Paraná: "Ardilmente, ou habilmente, o Estado vizinho, vendo-se perdido pelo



Lício denunciou manobra sorrateira em plenário

possível resultado da ação, tenta impor nossa derrota via Congresso. Esse projeto também beneficia São Paulo, com a inserção de um dos poços em suas novas águas". Lício anunciou a entrega, na segunda-feira (18), de um dossiê completo, com 75 páginas, ao presidente da Assembléia, para encaminhamento aos deputados estaduais e federais, senadores, governo estadual, e prefeitos. (CA)

Acadêmicos reivindicam direitos

Alunos de universidades particulares de todo o Estado lotaram as galerias do plenário durante a sessão ordinária do dia 13, reivindicando as bolsas de estudo garantidas pelo artigo 170 da Constituição Estadual, que atualmente são direcionadas em sua totalidade aos alunos das fundações (sistema Acafe).

O deputado Altair Guidi (PP) frisou que a reivindicação é justa. "A proposta de que todos os acadêmicos tenham direito a bolsa de estudo existe desde 1999, só que os 10% que as faculdades particulares têm direito nunca foram entregues pelo governo, e as faculdades do sistema Acafe recebem apenas metade do que é de direito porque o crédito educativo também nunca foi entregue às universidades", esclareceu o deputado Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão de Educação, que promoveu em conjunto com a Comissão de Justiça, audiências públicas regionais para discutir as propostas que tramitam na Assembléia, modificando o artigo.

Jeferson Luis de Oliveira, vice-presidente do Centro Cultural Desportivo (CCD) da Faculdade Metropolitana de Guarapirema (Fameg), disse que todos merecem o mesmo tratamento. "Há muitos estudantes necessitando de ajuda e se este programa fosse estendido poderiam ser abertas mais vagas nas faculdades privadas e possivelmente nas gratuitas. Montamos um grupo para gerenciamento de idéias e cada um saiu de suas cidades para mostrar as suas necessidades", concluiu o acadêmico. (DAB)

Rádios comunitárias

As arbitrariedades cometidas contra cidadãos e entidades comunitárias pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e Polícia Federal (PF), denunciadas pela Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária do Estado (Abraco/SC), fizeram parte da pauta de discussões da audiência pública, requerida pelo deputado Francisco de Assis (PT) e realizada na segunda-feira (11). Integrantes das mais de 200 rádios comunitárias no Estado lotaram as galerias do plenário, reivindicando a mudança na legislação através de portaria interministerial, vetando ou paralisando as repressões contra as rádios que exercem a atividade e que incluem a autorização provisória enquanto o processo tramita no Ministério das Comunicações. Também reivindicaram a concretização da Frente Parlamentar Catarinense, cuja constituição já está sendo encaminhada pela bancada do PT.

Participaram os deputados Dionei da Silva (PT), Ronaldo Benedet (PMDB) e Ana Paula Lima (PT), a coordenadora do serviço de Radiodifusão do



QUEREMOS O DIREITO DE FALAR.
LIBEREM AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS
RÁDIO COMUNITÁRIA N. Sra. APARECIDA
SIDEROPOLIS - S/C

Ministério das Comunicações em Santa Catarina, Alessandra Costa, o gerente operacional da Anatel no estado, Estevão Hobold, a deputada federal Luci Choinacki (PT), entre outras lideranças.

A Abraco/SC leu carta aberta ressaltando a resistência e as campanhas veiculadas pelas empresas de comunicação e de suas entidades contra as rádios comunitárias e a participação popular no controle e acesso da informação.

Representantes de rádios comunitárias denunciaram

atitudes arbitrárias cometidas pela Anatel e pela PF, como a invasão dos locais de funcionamento sem mandato de busca e apreensão, chegando a levar dois cidadãos algemados e presos. "Há dois meses a Anatel e a Polícia Federal invadiram a Rádio Comunitária Fortaleza, de Blumenau, prendendo duas pessoas. Nosso equipamento continua preso, mas a rádio voltou a funcionar mesmo sem a autorização, com o apoio da comunidade", contou Adenilson Telles.

Nova postura

Segundo Alessandra Costa, milhares de processos estavam arquivados. "Estamos entrando em contato com as rádios para que possam resolver a situação e operar normalmente". O Ministério também está disponibilizando uma cartilha demonstrando os procedimentos legais para obtenção dos registros.

Hobold responsabilizou a

Polícia Federal pelas arbitrariedades, lembrando que a Agência não tem poder de polícia. "Nossa obrigação é fiscalizar. Se houve repressão foi por parte da PF. Nosso dever é lacrar ou impedir a continuidade dos trabalhos àqueles que não são outorgados, ou registrados". (CA)

Saúde debate hepatite C

A constatação de que as hepatites virais são responsáveis pelo maior número de notificações em Santa Catarina gerou a audiência pública promovida pela Comissão de Saúde, na quarta-feira (13), no plenarinho, atendendo a requerimento do presidente da Assembléia, Volnei Morastoni (PT). Presentes, o presidente da Comissão de Saúde, Clésio Salvaro (PSDB), o deputado José Paulo Serafim (PT), o diretor do Hospital Nereu Ramos e representante da secretaria estadual da Saúde, Antonio Miranda, o diretor geral do HemoSC/SC, Guilherme Genovez, a coordenadora do Grupo Hércules de apoio à Hepatite C, Ana Schmitt, e o líder da luta contra o avanço da doença no País, Carlos Valardo, entre outros.

Lembrando sua condição de médico, Morastoni falou da gravidade da doença, que pode levar à morte, e exige, como epidemia emergente, que o governo crie e implemente programas de combate e prevenção. O Grupo Hércules, fundado no ano

passado numa iniciativa de três portadores do vírus HCV, segundo Ana Schmitt, encaminhou proposta de programas para análise da Secretaria de Saúde. Segundo Valardo, coordenador do Grupo Otimismo, do Rio de Janeiro, o governo federal instituiu em fevereiro de 2002, através da Portaria 263, o programa de hepatites virais e a estrutura está sendo montada. O médico e diretor do Hospital Nereu Ramos, Antonio Miranda, disse que o estado está preparando o seu programa e, embora não possua dados específicos por ser uma doença nova, já possui uma estimativa de infectados, que aponta para cerca de 1000 portadores do vírus.

O que é - Descoberta recentemente, o vírus da Hepatite C já contaminou entre 170 e 200 milhões de pessoas no mundo, conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS). A hepatite C é um vírus que ataca o fígado de forma lenta e silenciosa, sem sintomas físicos para o portador. (CA)

PLENÁRIO

Reajuste de salário gera polêmica

Emendas já começaram a ser anunciadas antes mesmo da proposta chegar à CCJ

O Projeto de Lei nº 0222/03, de origem governamental, que fixa o índice de revisão salarial dos servidores públicos (civis e militares), ativos, inativos e pensionistas da administração do Poder Executivo foi lido terça-feira (12) em plenário e levantou várias discussões. Segundo o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi pedido regime de urgência para o trâmite do projeto.

A proposta é de reajuste de 1%, mais um abono de R\$ 100 para os servidores com carga horária de 40 horas semanais e remuneração inferior a R\$ 6 mil. "Por exemplo, à remuneração de R\$ 300 será acrescido 1%, mais abono de R\$ 100, totalizando R\$ 403, aumentando a remuneração em 34,33%. Ou seja, aos R\$ 300 serão acrescidos mais R\$ 103", explicou Nadal.

Moção

Paralelamente, moção apresentada pelo deputado Nelson Goetten (PFL), sob o argumento de que o governo omite o fato do abono não se incorporar aos vencimentos, acusa-o de fazer propaganda enganosa (referindo-se

à veiculação de informes publicitários na mídia catarinense). "Significa que pode ser cortado sem aviso prévio", argumentou. Goetten também entrou com uma representação contra o governador Luiz Henrique da Silveira na Coordenadoria do Ministério Público.

Emendas

O líder do PP, deputado Joares Ponticelli (PP), anunciou a apresentação de três emendas. Uma determinando a extensão da reposição aos demais poderes, outra definindo uma reposição integral de 17,44%, podendo o percentual ser parcelado até dezembro deste ano, e a última permitindo a concessão de abono de R\$ 100 a R\$ 150 para os especialistas em assuntos educacionais, podendo ser convertido em vale-alimentação. (TK/CA)



Governistas e oposição defendem suas posições com firmeza

Nova CPI

Uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada na terça-feira, 12. Requerida pelo deputado petista, Afrânio Boppré, a CPI vai investigar possíveis irregularidades na Udesc. De acordo com o requerimento, que teve 17 assinaturas, a CPI irá ater-se a três problemas principais: gestão administrativa, patrimonial, financeira e ao financiamento da Universidade, no período compreendido entre os anos de 1991 e 2003; as formas de seleção e ingresso de estudantes nos Programas de Ensino a Distância e, finalmente, constituição do quadro de pessoal, em especial, o processo de provimento dos cargos ou empregos, permanentes ou temporários, entre os anos de 1991 e 2003. As bancadas devem indicar os nomes para compor a nova CPI até a próxima semana.

O PT irá indicar os deputados Paulo Eccel, que preside a Comissão de Educação, e Wilson Vieira – Dentinho. Após ser implantada a CPI terá 120 dias para realizar os trabalhos de investigação e elaboração de relatório final.

Casan – Já a CPI da Casan, presidida pelo deputado Dionei Silva (PT), volta a reunir-se na segunda-feira (18), às 18 horas, quando definirá o calendário para ouvir os envolvidos na crise financeira da empresa.

O relator da Comissão, deputado Mauro Mariani (PMDB), explicou que o atraso na convocação das pessoas para prestar depoimentos deve-se ao grande volume de documentos entregues pela defesa, pela Procuradoria Geral do Estado e pela própria diretoria da Casan. Integram ainda esta CPI os deputados Antonio Carlos Vieira (PP), Joares Ponticelli (PP), João Rodrigues (PFL), Pedro Baldissera (PT) e Clésio Salvaro (PSDB).

CPI da Dívida do Estado

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado João Paulo Kleinubing (PFL), apresenta na reunião de terça-feira (19) o parecer sobre o requerimento da bancada do PP questionando a falta do fato determinado para a constituição da CPI da Dívida do Estado. Ele aguarda a publicação deste requerimento no Diário Oficial da Assembleia para dar o parecer. A CPI foi requerida pelos governistas no último dia 5, com aval de 14 assinaturas. (TK/CA/SD)

... Curtas ...

Meio Oeste

A diversas Secretarias de Estado o deputado Romildo Titon (PMDB) solicita providências quanto à regionalização da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio e o melhoramento do trevo rotatório da BR-282 em Campos Novos, a construção de um Ginásio de Esportes em Monte Carlo, de prédio próprio da E.E.B. José Zanchett, em Abdon Batista, e de uma balsa para a travessia do rio Caveras entre as comunidades de São Pedro e São José do Cerrito.

Cadeia

Ao secretário de Segurança Pública a deputada Simone Schramm (sem partido) pede a construção de uma Cadeia Pública na 97ª Comarca, em Itapoá. O sistema penitenciário de Joinville está com excesso de presos, podendo ocasionar o aparecimento de doenças e outras mazelas. Por último pede a adoção de sistema penitenciário misto no Estado.

Empreiteiras

O deputado Celestino Secco (PP) pede informações ao governador do Estado sobre os débitos das empreiteiras contratadas pela Secretaria de Educação discriminando, também por períodos, dos anos de 1995 a 1998, e de 1999 a 2002, e que ainda se encontram inadimplentes junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Asfaltamento

Ao Governador e ao diretor geral do Deinfra a deputada Ana Paula Lima (PT) solicita que seja elaborado o projeto e executado o asfaltamento da ligação rodoviária entre Timbó e Rio dos Cedros. Ao secretário de Educação pede o fornecimento de número necessário de microcomputadores para o funcionamento do laboratório de informática da E.E.F. Porto Novo, em Itapiranga.

Isenção

O deputado Reno Caramori (PP) fez um pedido ao Governador para que encaminhe ao Legislativo projeto de lei isentando os agricultores catarinenses da cobrança de ICMS na energia elétrica consumida. A proposta do parlamentar visa amenizar as dificuldades que os pequenos agricultores catarinenses estão enfrentando nos últimos anos, entre elas, o elevado preço de insumos e, principalmente, pelo baixo valor pago aos produtos.

Medicamentos

Para facilitar a compra de medicamentos de uso contínuo às pessoas de menor poder aquisitivo, o deputado Onofre Agostini (PFL) apresentou indicação ao governador solicitando medidas que se fizerem necessárias à isenção de ICMS na aquisição destes remédios. A proposta do parlamentar visa beneficiar mais especificamente os aposentados e inválidos.

TV AL estreia nova programação

A partir do dia 19, os telespectadores das 18 cidades catarinenses que recebem o sinal da TV AL vão acompanhar uma nova programação, com destaque para o **Jornal da Assembleia**, que será exibido ao vivo, de segunda à sexta-feira, às 12h30min e às 18h30min, com apresentação de Mauro Ribas e Maria Helena Torres e duração de 30 minutos. O telejornal contará com reprises à tarde e à noite. Nas sextas-feiras haverá uma retrospectiva da semana, que será levada novamente ao ar no sábado e no domingo.



Agenda

- Dia 18, 9 h** – Abertura da exposição do artista plástico Luiz Carlos Albertini
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- Dia 18, 14 h** – Audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - "Humanização do Sistema Prisional"
Local: Plenarinho
- Dia 18, 18 h** – Reunião da CPI da Casan
Local: Sala das Comissões
- Dia 18, 19 h** – Audiência pública - Controle social da mídia "Violência, preconceito, racismo e exploração"
Local: Plenário
- Dia 20, 19 h** – Audiência pública "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"
Local: Associação Comercial e Industrial de Lages (ACIL)
- Dia 21, 19 h** – Audiência pública "As questões relacionadas à segurança pública em Santa Catarina"
Local: Parque Universitário Norberto Frahm – Rio do Sul

Plantas medicinais são alternativa de saúde pública

Rose Mary Paz Padilha

Um dos novos projetos da Divisão de Saúde e Assistência da Assembléia Legislativa, voltado para a saúde dos servidores e dos parlamentares, é a fitoterapia, tratamento de doenças com plantas – uma das mais antigas práticas da humanidade e difundida em todo o mundo, principalmente na China, onde ocorre em grande escala.

Para prestar orientações sobre o uso dessas plantas no tratamento e na prevenção de doenças, uma "Farmácia Viva" foi montada no hall da Alesc no último dia 12.

Boldo, hortelã, tanchagem e manjerona foram algumas das quase 100 variedades de plantas medicinais apresentadas ao público no projeto "Farmácia Viva" da Assembléia Legislativa. Desde uma simples curiosidade até informações completas foram fornecidas pelos organizadores da exposição, entre eles Alécio dos Passos Santos, funcionário da Assembléia, que há dez anos faz trabalho educativo e voluntário sobre o uso de plantas medicinais. As amostras dessa exposição fazem parte do viveiro de Alécio, que mantém em sua casa mais de 300 tipos dessas plantas. Ele lamentou a falta de investimentos em pesquisas no Brasil, o que resulta no uso de plantas de outros países onde a sua utilização já foi comprovada. Alécio disse que apenas 12 espécies de plantas medicinais são reconhecidas pela legislação brasileira, apesar de serem usados mais de 700 tipos. "Temos a maior biodiversidade de plantas do mundo, mas muito pouco é investido em pesquisas", lamentou Alécio. O pouco caso das autoridades brasileiras com pesquisas nessa área também foi lamentado por Ana Maria Silveira, do Horto de Plantas Medicinais do Hospital Universitário e do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Fede-



Alécio com a flor ou coração da bananeira. O seu miolo após cortado e misturado ao mel, deixando repousar por 24 horas, transforma-se em xarope para a bronquite.

ral de Santa Catarina (UFSC). A exemplo de Alécio, ela recebe semanalmente no horto didático da universidade um grande número de visitantes - a maioria estudantes de escolas da Capital e alunos dos cursos de medicina, farmácia e nutri-

ção da UFSC. Farmacêutica-bioquímica, ela alertou para o furto de várias espécies de plantas medicinais brasileiras - a chamada biopirataria. "É uma grande perda para o país. É preciso que haja investimentos para evitar esse grave problema".

DICAS

- Faça a identificação correta da planta, de preferência numa farmácia de confiança. Em alguns casos, como o boldo, existem várias plantas com o mesmo nome, mas algumas não podem ser usadas;
- Cuidado com o conceito de que "tudo que é natural não faz mal" - o que não é verdade. Algumas plantas são altamente tóxicas e podem até causar a morte;
- Saiba qual a parte da planta a ser usada. As folhas são as mais comuns, mas em outros a raiz é a mais indicada para o chá;
- Faça o preparo correto do chá, normalmente através da infusão, que é colocar água quente sobre a planta e em seguida abafá-la com um prato;
- Alguns materiais para o preparo de chás não são recomendados, como alumínio e ferro. O ideal é usar vidro, inox, porcelana e esmaltado;
- É preciso ter critérios na dosagem e no tempo de uso. Procure orientação de um profissional da área;
- Atenção para os chás que prometem emagrecer. Muitas vezes eles causam danos ao organismo, retirando sais importantes;
- Evite adoçar os chás. De preferência beba a infusão ao natural.

Fitoterapia

Para o diretor da Divisão de Saúde e Assistência da Assembléia Legislativa, o médico Júlio Cesar Marchi, o projeto de fitoterapia desenvolvido pela Casa pode ser adotado pelos municípios catarinenses. "É preciso ter normatização adequada, com viveiros mantidos pelas prefeituras, que deverão disponibilizar um farmacêutico responsável e fazer o armazenamento adequado das plantas", salientou. Marchi disse ainda que o "Farmácia Viva" vem ao encontro do projeto do presidente da Assembléia, deputado Vol-

nei Morastoni (PT), aprovado na legislatura passada, que inclui a fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). "A idéia é que a Secretaria Estadual da Saúde amplie a utilização de plantas medicinais nos ambulatórios, postos de saúde e hospitais, disponibilizando esse serviço para a população de forma gratuita".

Mas será que as pessoas sabem como utilizar corretamente as plantas medicinais no tratamento de doenças? A verdade é que, se não forem tomados alguns cuidados, um simples chá pode se tornar um grande problema.



Diretor da Divisão de Saúde da Júlio Cesar Marchi



A flor amor-perfeito, além de ser usada como chá para a gripe, por fornecer vitamina C, pode ser utilizada no preparo de saladas.

Como montar sua Farmácia Viva

As pessoas interessadas em ter em casa uma Farmácia Viva ou simplesmente receber orientações sobre o uso de plantas medicinais podem entrar em contato com Alécio, nos telefones: (48) 221-2588 ou 9992-0608. As orientações também

podem ser obtidas com Ana Maria, na UFSC, pelo fone (48) 331-9492. Através desse número é possível agendar visitas de pessoas ou de escolas interessadas em conhecer o horto didático, que fica nos fundos do Hospital Universitário, na Capital.

O jambu ou agrião silvestre - uma planta da Amazônia com flores amarelas e folhas médias - é indicada como anestésico para dor de dente. Podem ser utilizadas as folhas e as flores.

